

1 Introdução

A história política da Espanha Franquista caracterizou-se por uma série de paradoxos e de contradições. A sua política externa foi um dos maiores e talvez o mais notável desses paradoxos, pois aponta para o compromisso com princípios que contradiziam a ideologia do regime e a sua política interna. Na Hispano-América, por exemplo, Franco aproveitou, durante os anos de isolamento, a ajuda econômica de ditadores como Perón e Trujillo, mas nada fez posteriormente para apoiar esse tipo de regime. Além disso, apesar de seu declarado anticomunismo e da ostensiva pressão americana, teve excelentes relações com a administração de Salvador Allende no governo da Unidade Popular no Chile, no tempo do bloqueio americano, e manteve relações comerciais e diplomáticas com Cuba após a derrocada da ditadura de Batista e o triunfo da Revolução Cubana¹.

Neste trabalho, busco responder à seguinte pergunta: “como explicar a permanência do relacionamento entre a Espanha Franquista e a Cuba pós-revolucionária?”. Pretendo, nesse contexto, apontar os fatores político-econômicos e identitários que determinaram o perfil da política externa de Franco para Cuba, bem como explorar a relação entre as decisões de política externa espanhola com respeito a Cuba e a política interna da Espanha durante o governo franquista. Numa perspectiva mais ampla, procuro demonstrar que a natureza de um regime político e a sua identificação ideológica não implicam necessariamente a definição de uma política externa que reflita tal conteúdo ideológico, ainda mais se levarmos em conta o contexto externo em que este regime está inserido; no caso examinado nesta dissertação, a Guerra Fria.

Analisando as diversas interpretações que procuram explicar a manutenção do relacionamento Espanha / Cuba no período em foco, encontramos dois grupos de autores: aqueles que acreditam que a política externa franquista para Cuba pode ser explicada exclusivamente por razões culturais e identitárias, como a

¹ ARMERO, J.M. **La Política Exterior de Franco**. Barcelona: Editorial Planeta, 1978. p.89.

grande imigração espanhola para a ilha, a hispanidade, os laços históricos, as relações entre comunidades e o antiamericanismo; e aqueles que conjugam duas variáveis: o pragmatismo da política externa de Franco – motivado especialmente por razões econômicas – e os elementos identitários.

No primeiro grupo, estão os autores Pereira Castañares e Cervantes Conejo², que afirmam que as relações Espanha / Hispano-América obedeceram à mesma lógica desde o momento em que as colônias espanholas na América tornaram-se independentes. Esses países passam a ter um lugar prioritário na agenda da política externa de todos os governos espanhóis, inclusive o de Franco. Esse objetivo permanente da política externa espanhola baseia-se, segundo tais autores, na Hispanidade: nessa perspectiva, a Espanha é vista como uma grande família de povos com os quais se sente indissolúvelmente irmanada, uma unidade com destino universal. Fica claro que, para esses dois especialistas, o desejo de manter contínuos contatos com todos os Estados hispano-americanos pode ser visto no caso da Cuba pós-revolucionária, apesar do antagonismo franquista em relação ao comunismo. Já Manuel de Paz-Sánchez³, examinando as relações Franco / Castro na perspectiva da diplomacia espanhola, dá mais destaque às afinidades galegas, à admiração mútua entre os dois líderes e à grande imigração espanhola para a ilha. O autor afirma, como também o fazem Pereira Castañares e Cervantes Conejo, que se enganam aqueles que acreditam que os motivos econômicos são a explicação para essa relação, em que pese sua importância.

O segundo grupo é formado por autores que apontam como variáveis explicativas das relações da Espanha com Cuba no período em questão tanto os elementos identitários e culturais como o pragmatismo franquista, com enfoque nas necessidades econômicas de colocação de produtos espanhóis no exterior. Joaquín Roy⁴ chama a atenção para o fato de que as relações da Espanha com

² PEREIRA CASTAÑARES, J.C.; CERVANTES CONEJO, A. **Las Relaciones Diplomáticas entre España y América**. Madri: Editorial MAPFRE, 1992.

³ DE PAZ-SÁNCHEZ, M. **Zona de Guerra**: España y la Revolución Cubana (1960-1962). Santa Cruz de Tenerife: Taller de Historia, 2001; DE PAZ-SÁNCHEZ. **Zona Rebelde**: la Diplomacia Española ante la Revolución Cubana (1957-1959). Santa Cruz de Tenerife: Taller de Historia, 1997.

⁴ ROY, J. **Cuba y España**: percepciones e relaciones. Madri: Editorial Playor, 1995; ROY, J. España y Cuba: una relación muy especial? **Anuarios CIDOB d'Afers Internacionals**, n.31, 1996; ROY, J. **La siempre fiel**: un siglo de relaciones hispanocubanas (1898-1998). Madri: Los Libros de la Catarata/IUDC/UMC, 1999; ROY, J. A outra cara do embargo. **Envolverde website**, jun. 2003. Disponível em: <<http://www.envolverde.com.br/colunistas/arquivo/C54502.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2004.

Cuba sempre foram diferenciadas em relação aos demais países da Hispano-América, tanto que o autor chega a cunhar um termo para designar as relações hispano-cubanas: “relações especiais”. Roy busca explicar a relação entre regimes tão radicalmente opostos em termos de orientação político-ideológica – o franquista e o castrista – apoiando-se em dois pontos: a “política pragmática” de Franco, que privilegia as razões econômicas, e a grande ligação histórica e afetiva entre esses dois países. A “relação especial” se comprova em 1959, com a Revolução; em 1960, por ocasião do incidente do embaixador espanhol com Castro, que será examinado detalhadamente no próximo item desta introdução; e em 1961, quando o regime de Castro declarou-se comunista. Apesar do fato de a Espanha estar sob uma ditadura de direita e do anticomunismo do líder espanhol, Franco não rompe com Havana, mesmo atentando para o contexto da Guerra Fria, para as pressões norte-americanas e para o bloqueio comercial dos EUA a Cuba. Eric Baklanoff⁵ concorda com Roy e afirma que a Espanha tinha muitos interesses econômicos em Cuba, em especial devido à grande migração para a ilha, que transformara o país latino-americano numa “parte insular” da Espanha. Em consequência desse fenômeno, há, segundo o autor, uma relação de fidelidade mútua entre Espanha e Cuba, além de fortes ligações históricas. Porém, uma razão mais pragmática para tal relação, de acordo com Baklanoff, era a cobrança da dívida de Cuba com a Espanha. Cuba era um mercado adequado para os produtos que a Espanha não conseguia colocar na Europa e que não eram competitivos na América devido à oferta de bens dos Estados Unidos e às limitações protecionistas. A recíproca era verdadeira: com o embargo, Cuba não podia prescindir de qualquer parceiro comercial. Os autores desse grupo destacam também o antiamericanismo de Franco, que pertencia a uma geração marcada pela derrota na Guerra Hispano-Americana de 1898 e que não desejava colocar-se sob a égide dos Estados Unidos. Manter a relação com Cuba era uma maneira de “contrariar” Washington. Tal antiamericanismo também era muito forte em Cuba, marcada por essa guerra que lhes trouxe o protetorado norte-americano e, posteriormente, uma tutela imperialista, da qual só se livrou com a Revolução.

⁵ BAKLANOFF, E.N. **Circumventing the Embargo**: Strategic Context of Spain's Economic Relations with Cuba. Nova York: Praeger Publishers, 1978. Ver também BAKLANOFF, E.N. **Spain's Emergence as a Middle Industrial Power**. Washington, D.C.: American Enterprise Institute (AIE), 1985.

Cristina Fuster Polvoreda⁶, outra autora desse grupo, afirma que, se as relações Espanha / Cuba tinham melhorado com Batista, surpreendentemente com Castro melhoraram ainda mais. As possíveis causas seriam o desejo do regime franquista de praticar uma política externa independente em relação ao bloco liderado pelos norte-americanos, o que leva a Espanha a manter ligações com um regime enfrentado pelos Estados Unidos; o antiamericanismo de Franco; a hispanidade, em especial a recuperação da influência perdida num local que havia sido parte importante do império espanhol, e a possibilidade de competir economicamente com os Estados Unidos. Para Cuba, era interessante ter um sócio comercial capitalista que diminuísse a sua dependência em relação ao CAME⁷.

Observando tais interpretações, o objetivo desta pesquisa é explicar a manutenção das relações Espanha/Cuba a partir da conciliação entre aspectos identitários – como o antiamericanismo e a forte ligação histórica entre os dois países – e o pragmatismo de Franco, com ênfase nas razões econômicas.

1.1. O caso do embaixador Lojendio

As peculiaridades das relações entre a Espanha de Franco e a Cuba revolucionária – sustentada ao longo dos anos apesar da hostilidade dos Estados Unidos e das profundas diferenças políticas e ideológicas entre os dois regimes – adquirem uma dimensão ainda mais intrigante e particular quando se examinam determinados instantes cruciais, como os acontecimentos que balizaram o triunfo revolucionário em janeiro de 1959 e, um ano depois, a crise diplomática de janeiro de 1960 envolvendo o embaixador espanhol em Havana, Pablo de Lojendio. Neste item, explorarei de forma detalhada este último acontecimento, que provocou a crise diplomática mais importante do século XX entre os dois países, mas que, ao mesmo tempo, ilustra a peculiaridade das relações Espanha / Cuba no período em

⁶ FUSTER POLVOREDA, C. **El Pragmatismo en Política Exterior**: la relación especial entre España y Cuba. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Autônoma de Barcelona, 1995.

⁷ Conselho de Assistência Mútua Econômica, órgão que geria as relações comerciais entre os países do bloco comunista.

questão. Com isso, pretendo preparar as bases para a análise mais ampla que será desenvolvida no devir desta dissertação.

Lojendio foi embaixador da Espanha em Cuba de 1952 a 1960. Diplomata de carreira, assumiu o posto durante a ditadura de Batista, e sua atuação durante esse período foi de grande importância, pois protegeu os rebeldes perseguidos, acolheu na embaixada esses refugiados – embora a Espanha não tivesse assinado o tratado correspondente – e conseguiu tirá-los do país. O embaixador, representante dos diplomatas creditados em Havana, tinha grande penetração na colônia espanhola e mantinha excelentes relações com a Igreja⁸, além de ter atuado com grande presteza nos primeiros meses da Revolução, aconselhando que a Espanha logo reconhecesse o novo governo⁹. Nessa época, a qualidade de seu trabalho foi reconhecida tanto por Cuba quanto pela Espanha¹⁰.

Como relata Jaime de Caldevilla¹¹, o fato que deu início ao incidente em questão neste item foi a visita a Havana de um padre basco que, entrevistado na televisão, lançou diversos ataques contra o regime espanhol¹². Aconteceu, então, uma reunião na embaixada da Espanha, à qual compareceram religiosos das congregações espanholas radicadas em Cuba e membros da representação diplomática, entre eles o embaixador dos Estados Unidos¹³. Ao final de tal encontro, foi divulgada uma declaração conjunta em solidariedade ao regime de Franco. Cumpre lembrar que a reunião não tinha entre seus propósitos conspirar contra a Revolução Cubana nem interferir na política interna do país, ainda que a situação da Igreja Católica estivesse se tornando cada vez mais difícil em Cuba¹⁴.

Jornais criticaram ferozmente o acontecido, que consideraram uma ingerência nos assuntos internos de Cuba, e isso resultou numa campanha da

⁸ Ver Anexos, Documento 6.

⁹ Ver Anexos, Documento 3.

¹⁰ Ver Anexos, Documentos 1 e 2.

¹¹ Conselheiro de Informação da embaixada da Espanha em Cuba e delegado da Oficina de Información Diplomática.

¹² Informe n. 1 de Caldevilla, Havana, 02 jan. 1960 (AGA. Exterior, C-5360). AGA – Arquivo Geral da Administração.

¹³ Informe n. 2 de Caldevilla, Havana, 09 jan. 1960 (AGA. Exterior, C-5360).

¹⁴ Alguns autores consideram a reunião na embaixada como o momento em que Fidel passa a criticar a atitude contra-revolucionária do clero espanhol “falangista”. Segundo Leslie Dewart, a queixa de Castro era a de que já era bastante lamentável que os sacerdotes espanhóis se opusessem ao único governo conquistado pelo povo no país em que eram hóspedes. Ainda mais, enfrentar tal governo, sob o patrocínio de um embaixador estrangeiro, equivalia a uma conspiração internacional, que poderia ser associada à recente visita de Eisenhower à Espanha, em um contexto geopolítico mundial. DEWART, L. **Cristianismo y Revolución**. Barcelona: Herder, 1955. p.115-116.

imprensa contra o embaixador Lojendio e os demais diplomatas espanhóis. Quando tal campanha adquiriu dimensões preocupantes, Lojendio apresentou uma nota de protesto ao Ministério do Exterior cubano.

Em janeiro de 1960, Lojendio assistia pela TV a um discurso de Castro no qual o cubano fazia sérias acusações de “conspiração reacionária” contra a embaixada da Espanha, a Igreja Católica e o governo de Franco¹⁵. Enraivecido, o embaixador dirigiu-se aos estúdios da televisão e invadiu o programa, chamando Castro de mentiroso e exigindo explicações – algo certamente insólito no âmbito das relações diplomáticas – e o direito de resposta. Não somente esse foi negado a Lojendio, como Castro expulsou de Cuba o embaixador, dando-lhe o prazo de 24 horas para deixar o país.

Castro declarou que chamaria imediatamente de volta a Cuba o embaixador cubano em Madri, mas que só posteriormente resolveria se os outros diplomatas seriam retirados ou não. Castro também afirmou que Cuba “perderia nada” se cortasse relações com a Espanha e acrescentou “Nós não estamos na Espanha, e Cuba há muito tempo já não é mais uma colônia espanhola, tampouco de qualquer outro país”, numa clara alusão aos Estados Unidos. Castro acusou o embaixador Lojendio de abusar de sua imunidade diplomática, bem como de ser “o representante de uma tirania” que oprimia o povo espanhol por mais de vinte anos.

O incidente aconteceu num momento em que a Revolução Cubana atravessava uma fase de muitas deserções em seu próprio interior – devido à guinada de Castro em direção à esquerda – e sofria fortes pressões por parte dos Estados Unidos. Nesse contexto, Castro, que sabia perfeitamente da inexistência do complô espanhol, explorou ao máximo a situação. O evento teve notável repercussão internacional, e se dava como certa a ruptura de relações entre Espanha e Cuba, o que os acontecimentos posteriores se encarregaram de

¹⁵ O embaixador Lojendio manteve todo o tempo o Ministério de Assuntos Exteriores da Espanha informado sobre tudo que se relacionava ao trabalho eclesiástico e institucional da Igreja Católica em Cuba. As características especiais do regime espanhol e seus vínculos com a Igreja justificavam a preocupação da Espanha em relação a este assunto. Além disso, a Igreja em Cuba era constituída, em sua maioria, por padres de nacionalidade espanhola, como sacerdotes de diversas ordens religiosas – seculares e regulares – e membros da alta hierarquia eclesiástica. DE PAZ-SÁNCHEZ, M. **Zona de Guerra: España y la Revolución Cubana (1960-1962)**. Santa Cruz de Tenerife: Taller de Historia, 2001. p.19-20.

desmentir. Depois de ter soado o alarme no Palácio de Santa Cruz¹⁶, a crise diplomática que daí resultou só não conduziu à ruptura de relações entre os dois países pelo tato com que foi tratada pelo Ministério de Assuntos Exteriores espanhol, como veremos mais detalhadamente a seguir.

Apesar das demonstrações de solidariedade, Franco não gostou da atitude de seu embaixador. Como castigo, manteve Lojendio afastado do serviço diplomático durante meses¹⁷. Segundo as memórias redigidas por seu primo¹⁸, o líder espanhol justificou sua tácita censura porque o incidente poderia ter colocado em perigo os interesses dos espanhóis em Cuba e provocado, a seguir, a efetiva expulsão das ordens religiosas¹⁹. Além disso, para ele, não só o embaixador tinha tido uma atitude pouco diplomática – já que havia outros meios de protestar –, como também não poderia ter agido sem consultar seus superiores. “Não me toquem em Cuba”, disse Franco aos seus subalternos²⁰. O Generalíssimo comenta:

Creio que Lojendio agiu de forma pouco diplomática, pois poderia ter desmentido as afirmações de Fidel Castro sem necessidade de se apresentar nos estúdios da televisão. (...) A Espanha e seu regime já sofreram muitos ataques em vários países, e nossos embaixadores não protestaram. O que agora aconteceu é que o insulto e a calúnia foram pessoais e feriram o amor próprio de Lojendio. (...) Nossos representantes não devem deixar passar qualquer calúnia, mas devem recorrer às leis do país em que estão para amparar seus direitos. (...)

A atitude de Lojendio pode significar que o presidente Castro, que agora está metido com os comunistas, não só rompa relações com a Espanha, como também reconheça o governo vermelho espanhol no exílio, o que redundaria em prejuízo para a grande colônia espanhola que ali reside e também para as nossas relações comerciais, que são bastante intensas. Hoje será publicada uma nota pelo

¹⁶ Sede do Ministério de Assuntos Exteriores da Espanha.

¹⁷ ROY, J. España y Cuba: una relación muy especial? **Anuarios CIDOB d'Afers Internacionals**, n.31, 1996.

¹⁸ FRANCO SALGADO-ARAÚJO, F. **Mis Conversaciones Privadas con Franco**. Barcelona: Planeta, 1976. p.278-279.

¹⁹ Dada a enorme importância que teria para a Espanha a expulsão de seus religiosos, que representavam 80% do clero em Cuba, o encarregado de negócios da Espanha em Cuba, Eduardo Griozard, solicitava a Fernando María Castiella, ministro dos Assuntos Exteriores da Espanha, instruções sobre as medidas que seriam tomadas. A Igreja já havia consultado a embaixada sobre o assunto. A resposta foi que navios e aviões seriam enviados da Espanha para uma rápida evacuação. Caldevilla insistiu que seria conveniente que não houvesse qualquer intervenção norte-americana nesse processo, não só para evitar o pretexto de convivência da Espanha com Washington, como, especialmente, para que toda a Hispano-América pudesse observar a proteção que a Espanha dava a seus cidadãos no exterior, principalmente quando “esses faziam um intenso trabalho espanholizante em defesa da Cruzada, além de sua lealdade à pessoa do Caudilho”. Informe reservado de Caldevilla para o Sr. Ministro, Madri, 12 ago. 1960 (AMAE, R5952-10). AMAE – Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores (Madri).

²⁰ FRANCO SALGADO-ARAÚJO, F. **Mis Conversaciones Privadas con Franco**. Barcelona: Planeta, 1976. p.278-279.

Ministério de Assuntos Exteriores, na qual se afirma que nossa política externa tem por princípio não se imiscuir nos assuntos internos dos outros países.²¹

O embaixador de Cuba em Madri, Miró Cardona, mostrou-se bastante surpreso com o ocorrido e apenas declarou que iria a Cuba para fazer consultas.

Um despacho da Associated Press, classificado pela OID²² como confidencial²³, punha em relevo que as relações entre Espanha e Cuba, depois do advento da Revolução, eram boas, pois os dois países tinham recentemente assinado um acordo comercial para a venda de tabaco cubano à Espanha, e que apenas alguns setores da imprensa espanhola, particularmente em Madri, haviam atacado o regime de Castro. Dentre tais meios de comunicação, destacava-se o jornal ABC, que afirmava que Cuba não era uma democracia, mas uma “plebeocracia”²⁴. As rádios silenciaram o incidente, e um porta-voz do Ministério do Exterior confirmou o ocorrido; porém, afirmou que só se manifestaria depois da chegada de Lojendio, atitude que “reforçava o desejo constante do governo espanhol de manter cordiais relações com todos e especialmente com os povos irmãos da Hispano-América”²⁵.

O chefe da delegação espanhola que havia negociado o acordo comercial com Cuba informou ao diretor geral de política externa que havia almoçado em Madri com o ex-presidente do Banco Nacional de Cuba, e que ambas as partes mostraram-se muito satisfeitas com o aumento do volume do intercâmbio comercial, o qual deveria alcançar a cifra de 25 milhões de dólares, muito superior à dos últimos anos. Ele pediu pessoalmente a Cardona que, em seu encontro com Fidel Castro, deixasse claro que era enorme o interesse cubano pela preservação

²¹ FRANCO SALGADO-ARAÚJO, F. **Mis Conversaciones Privadas con Franco**. Barcelona: Planeta, 1976. p.278-279. Franco refere-se à Doutrina Estrada, assinada no México, em 1930, a qual propugnava o respeito à natureza política de cada Estado e a não-intervenção em seus assuntos internos. O Ministério dos Assuntos Exteriores da Espanha (MAE), na época comandado pelo ministro Castiella, seguia à risca essa diretriz.

²² Oficina de Informação Diplomática.

²³ Como apontou o periódico *La Prensa*, de Buenos Aires, com referência à difusão da notícia do incidente na Espanha, “a imprensa oficial permitiu publicar a maioria dos detalhes do incidente Lojendio-Castro nos jornais do país, mas suprimiu os ataques pessoais dirigidos a Franco, daí o caráter confidencial das notícias, que, posteriormente, passaram a ser censuradas”. Recorte anexado à comunicação do embaixador espanhol na Argentina, José María Alfaro, de 25 jan. 1960. (AMAE, R5972-2). DE PAZ-SANCHEZ, M. **Zona de Guerra: España y la Revolución Cubana (1960-1962)**. Santa Cruz de Tenerife: Taller de Historia, 2001. p.23-24.

²⁴ DE PAZ-SANCHEZ, M. **Zona de Guerra: España y la Revolución Cubana (1960-1962)**. Santa Cruz de Tenerife: Taller de Historia, 2001. p.24.

²⁵ Telex da Associated Press (21 jan. 1960), recebido pela OID, Madri, 22 jan. 1960, confidencial (AMAE, R5971-2).

do acordo, que traria um superávit para a Espanha e que permitiria abrir novas perspectivas para exportações de produtos que não figuravam tradicionalmente no comércio com Cuba.

Paralelamente, o Ministro do Exterior de Cuba asseverou que a ação do embaixador era inadmissível e que a decisão de expulsá-lo estava perfeitamente de acordo com o direito internacional e com a segurança do país. Porém, ressaltou – ao comparar as relações diplomáticas entre Cuba e Espanha e as de seu país com os Estados Unidos – que não acreditava que houvesse motivos para um rompimento. Acrescentou que o governo revolucionário não estava contra qualquer indivíduo, mas não toleraria interferências por parte de qualquer potência, tanto ocidental quanto oriental, nos seus assuntos domésticos, já que Cuba havia encontrado seu caminho próprio e nele seguiria. Declarou ainda que não existia influência comunista na ilha, pois o governo cubano era apenas nacionalista, e seu propósito era melhorar a situação do país. Finalizou com uma alusão à agressão econômica, que, se levada a cabo, significaria a redução da cota açucareira por parte dos Estados Unidos. Essa medida, segundo o ministro, seria uma injustiça, porque Cuba havia vendido açúcar a tal país durante as duas guerras mundiais a preços inferiores aos do mercado internacional²⁶.

Manifestaram-se também representantes do governo republicano no exílio, assegurando que o inimigo de Cuba era o mesmo da República Espanhola, pois os acontecimentos recentes não se deviam a um acesso de raiva por parte de Lojendio, mas representava uma conjuntura internacional na qual o regime de Franco tinha o seu papel²⁷.

A imprensa cubana censurou, ainda que com níveis de crítica diversas, o comportamento do embaixador. Mesmo o jornal *Diario de la Marina*, que pertencia aos franciscanos espanhóis, escreveu:

O senhor Lojendio – é justo reconhecer – teve uma atitude muito fidalga, valente e humanitária, durante os dias da revolução, protegendo numerosos revolucionários, dando-lhes asilo na embaixada, apesar de a Espanha não ser signatária do tratado correspondente, e propiciando a saída de Cuba de muitos perseguidos que estavam ameaçados de morte pelo governo de Batista. Talvez pela simpatia que esse gesto

²⁶ DE PAZ-SÁNCHEZ, M. **Zona de Guerra**: España y la Revolución Cubana (1960-1962). Santa Cruz de Tenerife: Taller de Historia, 2001. p.25.

²⁷ DE PAZ-SÁNCHEZ, M. **Zona de Guerra**: España y la Revolución Cubana (1960-1962). Santa Cruz de Tenerife: Taller de Historia, 2001. p.26.

granjeou entre os que lutavam contra a ditadura e por sua amizade com altas figuras do governo, ele tenha pensado que podia prescindir de pautas diplomáticas tradicionalmente respeitadas.

Esse, no entanto, não é o caminho para dirimir diferenças entre o chefe de uma missão diplomática e o governo perante o qual está creditado. A prudência diplomática foi esquecida e deu lugar a um acontecimento realmente deplorável.

Esperamos e desejamos que este incidente não transcenda o plano superior das relações entre cubanos e espanhóis, as quais devem estar acima de tudo. Temos confiança de que esta será a atitude de nosso governo. Gostaríamos que fosse também atitude do governo de Madri, a fim de que os laços culturais e a boa amizade entre os dois povos não se desfaça²⁸.

Em Havana, deu-se a conhecer a nota redigida por Pablo de Lojendio antes de sair do país:

Desejo fazer chegar à opinião pública cubana a seguinte declaração:

Sou diplomata com trinta anos de carreira e sei muito bem que minha demanda de imediato direito de réplica ao sentir-me injustamente atacado pelo Primeiro Ministro não se ajusta às normas diplomáticas tradicionais. Porém, essas normas foram quebradas pelo próprio Primeiro Ministro ao caluniar a Embaixada da Espanha em um programa televisivo para todo o país. Quando um governo tem alguma queixa da atuação de qualquer embaixada deve seguir os trâmites normais da Chancelaria e da via diplomática. Como tais canais foram abandonados pelo Primeiro Ministro, não quis reduzir-me a ficar indefeso e compareci perante a opinião pública, como em ocasião semelhante havia feito há quase um ano²⁹. Quero deixar registrado o meu gesto de protesto pelas calúnias dirigidas contra a Embaixada da Espanha e concluo esta declaração afirmando categoricamente que todas as acusações que fizeram contra ela na dita emissão carecem de qualquer fundamento. Desejo para Cuba todo o melhor³⁰.

Em Madri, a imprensa lamentava que Fidel Castro fosse “motivo de escândalo em tantas ocasiões”, quando os espanhóis compartilhavam “sinceramente seus esforços de renovação da política cubana”. Mostrava também que “Fidel ainda não se havia despojado de uma certa bagagem pessoal, muito

²⁸ El deplorable incidente de Telemundo. **Diario de la Marina**, Havana, 22 jan. 1960. (recorte em AMAE, R5971-2).

²⁹ Lojendio se referia à ocasião em que o regime de Franco e, logicamente, a própria embaixada espanhola em Cuba foram acusados pelo historiador Portell Vilá, em um programa de televisão, em 3 jan. 1959, da venda de armas a Batista, acusação que foi contestada pelo diplomata, que apareceu nos estúdios da televisão, com grande êxito entre o público e o povo. Nem os personagens, nem as circunstâncias, porém, eram as mesmas, mas, aquele precedente com certeza incentivou Lojendio a tomar decisão semelhante um ano depois. DE PAZ-SÁNCHEZ, M. **Suite para dos épocas**: la caída de Batista y el triunfo de la Revolución cubana, según la diplomacia española. Paris: l'Harmattan-Université de Paris VIII, 1997. p.22.

³⁰ OID. Despacho da agência jornalística espanhola *Efe*, Havana, 23 jan. 1960, passado a toda a imprensa da Espanha. (AMAE, R5971-2).

própria para Sierra Maestra e para a guerrilha, mas improcedente e ineficaz para as sutis tarefas do governo”³¹. Caldevilla observava com preocupação o movimento dos republicanos em Cuba, que desejavam que o governo de Castro reconhecesse de imediato a República no exílio³².

Naturalmente, em Havana, quase todas as organizações da colônia espanhola mostraram simpatia a Castro, enquanto o jornal *Hoy* chamava a atenção para a conjuntura internacional contra Cuba. A nomeação de Eduardo Griozard como encarregado de negócios da Espanha em Cuba – à parte a nota oficial do Ministério de Assuntos Exteriores da Espanha sobre o ocorrido³³ – contribuiu para serenar os ânimos. Logo, o interesse da imprensa voltou-se para os Estados Unidos, porque a conjuntura não poderia ser mais propícia.

Em suma, a saída de Lojendio de Cuba e a sua demissão do cargo pelo governo espanhol – interpretada como uma sanção à sua falta de compostura – contribuíram também para serenar os ânimos e serviram para dar uma satisfação implícita ao governo cubano. Mais ainda, a Espanha demonstrava sua tolerância e o desejo de conservar a todo custo suas relações com Cuba. Havia também outras preocupações: eram os muitos interesses da colônia espanhola em Cuba, cuja importância econômica era considerada superior até mesmo à norte-americana. Ademais, a Espanha via com receio o desamparo em que poderiam ficar os espanhóis na ilha como consequência de uma ruptura diplomática. Por outro lado, era necessário evitar que os exilados espanhóis fizessem de Havana seu quartel general para ações subversivas contra o regime franquista em todo o continente.

Em 5 de fevereiro, o MAE estava em condições de analisar melhor a situação. As relações estiveram a ponto de se romperem, houve pressões de certos setores cubanos e dos exilados para que o reconhecimento dos mesmos se desse imediatamente, protestos aconteceram em frente à embaixada em Havana – aos quais significativamente não compareceu qualquer ministro do governo.

³¹ ROMERO, E. Con buena voluntad. **Pueblo**, Madri, 22 jan. 1960.

³² Informe n. 4 de Caldevilla, Havana, 23 jan. 1960. (AGA. Exterior, C-5360).

³³ Nessa nota, confirmava-se a retirada do embaixador da Espanha em Cuba, rechaçavam-se as acusações sobre atividades antigovernamentais da embaixada em Havana, e se reiterava a simpatia da Espanha por um país irmão tão querido como Cuba, “para cuja prosperidade contribuem com seus esforços centenas de milhares de espanhóis, acolhidos na ilha, sempre com fidalga hospitalidade”. A nota foi publicada em todos os meios de comunicação do país. DE PAZ-SÁNCHEZ, M. **Zona de Guerra**: España y la Revolución Cubana (1960-1962). Santa Cruz de Tenerife: Taller de Historia, 2001.

O Ministério do Exterior Cubano, por sua vez, tentou normalizar, no dia seguinte ao incidente e mediante a entrega de uma Nota Verbal correspondente, a insólita forma mediante a qual havia sido declarado *persona non grata* o embaixador espanhol.

A chegada em Havana do embaixador cubano na Espanha teve importância crucial nos acontecimentos, e sua prudência assinalou uma mudança por parte do governo cubano. A partir daí, por ordem de Castro, desapareceram da imprensa, do rádio e da televisão os ataques à Espanha e ao regime de Franco, mostrando o desejo do governo de centralizar o incidente na pessoa do embaixador Lojendio. Igualmente foram impedidas as manobras dos exilados.

A designação de Griozard como encarregado de negócios foi imediatamente aceita pelo governo cubano, e, em 30 de janeiro, foi-lhe comunicado por Miró Cardona o resultado de sua conversa com o presidente Osvaldo Dorticós, que estabelecia o seguinte:

1. Não seriam rompidas as relações com a Espanha;
2. Cuba esperava uma nota da Espanha em resposta à declaração de *persona non grata*;
3. O incidente não poderia afetar as tradicionais e boas relações entre Cuba e Espanha;
4. O governo cubano estava convencido de que não havia qualquer atividade contra-revolucionária que pudesse ser imputada à Espanha;
5. Seria designado um outro embaixador cubano em Madri, sem fixar prazos;
6. A decisão de não romper relações havia sido tomada com total aprovação de Fidel Castro.

Na Espanha, foram tomadas todas as precauções para evitar que se criasse um ambiente hostil ao governo cubano, inclusive a de que a imprensa olhasse objetivamente para o incidente.

Pouco tempo depois, em uma de suas entrevistas na televisão, Fidel Castro recordou o caso Lojendio e ironizou, distinguindo o “embaixador de Franco” do “embaixador da Espanha”. A partir daí, a diplomacia cubana manteve essa espécie de distinção um tanto singular, visto que, junto a comentários sobre a presença em

Cuba de dirigentes comunistas espanhóis como Santiago Carrillo³⁴, a imprensa também noticiava as visitas de representantes econômicos do governo espanhol e, naturalmente, entrava na lógica diplomática o intercâmbio de felicitações entre os dois governos por motivo de suas festas nacionais. Segundo De Paz-Sánchez, eram “coisas de família”³⁵.

Tendo em vista o exposto, este trabalho constará de três capítulos, além da Introdução e da Conclusão. No capítulo 2, apresentaremos um panorama da situação sociopolítica e econômica da Espanha pós-Guerra Civil, a política econômica e a política externa de Franco em geral e para a América, as relações Estados Unidos / Espanha e Estados Unidos / Cuba. No capítulo seguinte, serão examinadas a hispanidade e o antiamericanismo como fatores exclusivos que justificam a manutenção das relações Franco/Castro. Finalmente, o quarto capítulo tratará da conciliação das variáveis identitárias e pragmáticas para explicar a permanência das relações entre a Espanha Franquista e Cuba pós-revolucionária..

³⁴ Dirigente do Partido Comunista Espanhol.

³⁵ DE PAZ-SÁNCHEZ, M. **Zona de Guerra**: España y la Revolución Cubana (1960-1962). Santa Cruz de Tenerife: Taller de Historia, 2001. p.40.